

ROBERTO MACEDO

ESTADO DE SÃO PAULO

Sua Excelência, o salário

19 JAN 1995



Na prática, o presidente da República ganhará bem menos que os congressistas

É difícil encontrar palavras para descrever o sentimento de revolta diante dos valores que a Câmara dos Deputados aprovou para a remuneração dos deputados e senadores, e que o Senado deve sancionar em seguida. Pegando carona numa causa justa, a da elevação dos salários do presidente, dos ministros e outros altos executivos do governo, que estão com remunerações ridículas, os deputados, legislando em causa própria e dos senadores, puxaram seus salários de R\$ 4 mil para R\$ 8 mil e se atribuíram um 13º salário. De passagem, aumentaram também a própria aposentadoria, que já era privilegiadíssima, tanto na contagem do tempo como do rendimento. Levando em conta que têm direito a dois salários extras, na forma de ajuda de custo, e que podem receber mais quatro salários em caso de convocação extraordinária, entraram agora na faixa do 19º salário.

Com esse pacote, o Brasil, considerado ainda um país pobre em termos de renda per capita, terá agora um dos Legislativos mais bem remunerados do mundo. Conforme noticiou a *Folha*, quase US\$ 10 mil por mês, o que se pagará aqui como salário-base estará perto dos EUA, onde os congressistas ganham cerca de US\$ 11 mil por mês. Mas não creio que lá haja tanto mês. E os nossos deputados e senadores ganharão mais que franceses, ingleses, argentinos e muitos outros. Coisas do Brasil...

No papel, o presidente da República terá um salário um pouco mais alto, de R\$ 8,5 mil por mês, mas seus deveres e responsabilidades são muito maiores. Ele também não chega a esses 19 salários, ainda que esteja quase permanentemente sob "convocação extraordinária" e não tenha direito às extensas férias parlamentares. Assim, estará ganhando, na prática, bem menos. O que é uma distorção enorme, se avaliada à luz

dos princípios que regem a determinação de cargos e salários nas empresas e organizações que se pautam por critérios de eficiência, hierarquia e equidade. Ou seja, os salários são determinados levando-se em conta as tarefas, os deveres e responsabilidades do cargo, podendo-se também a realidade em

torno da organização, em particular o mercado de trabalho. Com base nesses critérios, nossa conclusão é que o salário do presidente é apenas razoável; o dos parlamentares, indecentemente elevado.

Para escapar pela tangente do problema da "causa própria", o Congresso que sai é que aprova a remuneração do que foi eleito em outubro. Mas muitos congressistas vão continuar lá dentro e, para caracterizar melhor as responsabilidades, deveria ser o novo Congresso o próprio responsável pelo assunto. Lamentável, também, é que o problema não tenha sido ventilado na época das eleições, quando os candidatos deveriam ter sido cobrados pela sua posição a respeito. Mas a eleição para o Legislativo, casada com a de presidente e governadores, ficou nas sombras destas últimas, recebeu uma cobertura mínima da mídia e, viciada também pelo critério proporcional, levou, uma vez mais, à eleição de centenas de parlamentares sobre cujo comportamento pes-

soal se sabe muito pouco, além de não terem maiores compromissos com os eleitores sobre o que vão fazer no Congresso. Acabam fazendo coisas desse tipo e vão continuar fazendo enquanto o sistema eleitoral não for reformado de forma a peneirar melhor as personalidades e estabelecer esses compromissos em bases sólidas.

Se os deputados fossem distritais, como deveriam ser, a esta hora estariam nas ruas de seus distritos dando satisfações aos cidadãos que os elegeram naquele particular espaço. Com esses valores para sua remuneração, provavelmente seriam apedrejados, ou não reeleitos. Mais provavelmente, não haveria esses valores. De qualquer forma, os novos congressistas poderiam dar um bom exemplo, renunciando ao aumento ou doando-o a instituições de caridade. Com o que ganham hoje e levando-se em conta a realidade do País, já estão muito bem pagos.

Sempre achei exagerado e dispensável o tratamento de "vossa excelência" com que os congressistas se tratam uns aos outros — e recebem na correspondência que lhes é dirigida. Mas vejo que há uma razão que sustenta plenamente o tratamento. A excelência pessoal pode não ser lá essas coisas, mas o salário, excelente mesmo, justifica muito bem o exagero. Assim, dá para entender a cortesia generalizada, mesmo que entre inimigos. "Vossa excelência", de fato, refere-se ao salário. Desta vez, em lugar de apartes, permitiram-se um grande aporte.



■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP e da Universidade Mackenzie e pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel, ligado à Faap